

## **Reflexão sobre os diversos pareceres à petição:**

### **Poder de opção de escolha aos pais/ E.E. entre o ensino em casa online e o ensino presencial**

Lendo com atenção os pareceres das entidades consultadas, todas elas com a sua própria agenda no entendimento da realidade educativa, encontram-se algumas posições dispersas e em conflito, que parecem assentar em premissas abstratas e não numa observação cuidadosa da realidade. Como tal, elencamos sistematicamente as críticas, com os comentários que nos preza tecer, à luz daquilo que é a intenção original da petição:

A FENPROF concorda com os argumentos da petição. Acha a situação actual preocupante e os meios insuficientes. No entanto como solução insiste em melhorar os meios e insistir na obrigatoriedade de regime presencial para todos. Esta obstinação ignora que os meios não são infinitamente elásticos, e que uma forma de salvaguardar algumas das suas reivindicações (distanciamento em sala, menos alunos por assistente operacional) seja exactamente o de permitir uma dispersão de alunos por regimes não-presenciais.

A FENPROF defende ainda como prioridade a criação de condições para os que se encontram em casa de quarentena verem respeitado o seu direito à educação e ao ensino. Perante a inevitabilidade em massa deste tipo de situação, um dos métodos fulcrais para a criação destas condições deveria exactamente ter sido a criação de um circuito paralelo desde o primeiro dia de aulas. É sempre mais ágil ter o sistema de acesso online sempre ativo e não lança-lo (com todas as adaptações necessárias) em múltiplos momentos do ano lectivo.

O CE argumenta de forma pragmática que numa organização em que haja apenas difusão remota de uma aula presencial se colocam problemas de protecção de dados e da intencionalidade do ato letivo (que não pode ser desdobrado em dois focos de atenção) e que caso haja uma aula paralela exclusivamente online ministrada por um outro professor, aspetos orçamentais e de pessoal tornarão a situação inexecutável. Somos claramente sensíveis a estes argumentos, mas responderíamos com dois pontos essenciais: por muito pertinentes que sejam, os argumentos ignoram os custos de agir como se 2019 se tratasse — se há algo que a gestão desta pandemia nos deveria ter ensinado é que os custos de ter

agido preventivamente mais cedo são sempre infinitamente inferiores aos custos posteriores de resolver os problemas entretanto criados. O segundo ponto é que a petição é pelo direito de opção no abstrato, entendendo alguns encarregados de educação que o direito à saúde, no seu contexto específico, tem sempre primazia sobre todos os outros valores. Significa isto que aspetos de implementação deverão ser estudados caso a caso, sempre à luz do princípio de que para o encarregado de educação este é um tempo de exceção e tolerância, em que todas as soluções estão abaixo do ótimo. Não nos opomos a ideia de que a aula seja difundida, apenas no regime áudio e conteúdos de slides, sem interação com o aluno remoto, tal como não nos opomos a uma solução em que professores que pertençam a grupos de risco de saúde sejam recrutados para um conglomerado nacional de apoio ao ensino à distância, nem à possibilidade de extensão do regime de ensino doméstico (a pais que não tenham licenciatura) ou do regime de ensino à distância (a pais que não preencham os requisitos de itinerância).

A CONFAP foca parte da sua crítica na ideia de que está provado que a escola é segura perante os dados que de momento já temos. É de notar que esta posição é absolutamente antagónica à da FENPROF e da ANDE, e que a mera observação de que o número de casos diários em território nacional antes da abertura das escolas rondava os 400 e dois meses passados ronda os 6000, com dados recentes a apontar para que em mais de 81% dos contágios a fonte é desconhecida. Isto não significa por si que as escolas são inseguras mas é um ato de fé a roçar a loucura afirmar que são. Considerar a escola segura é naturalmente um ponto de partida para que o resto dos argumentos não sejam colocados numa balança equilibrada. Caso considerássemos a escola segura também defenderíamos o regime presencial.

Dito isto o argumento adicional principal da CONFAP prende-se com a defesa dos direitos das crianças de risco social, que esteve em sério cheque durante o período de confinamento da primavera. Este é um argumento a que somos muitíssimo sensíveis. Sabemos que a universalidade da escola vem responder a uma série de enormidades no tratamento de crianças. No entanto acreditamos que há mecanismos robustos em prática para identificação e gestão de situações de risco e que a petição vem responder a um grupo de encarregados de educação que não se enquadram nos agregados de risco social, antes que o fazem no sentido de proteção. Ao identificar este tipo de problema, que não deve ser

subestimado, deve-se acompanhar a norma que possa sair de uma petição deste tipo de todo o género de salvaguardas que já estão em prática noutras áreas da nossa jurisprudência. Aliás é a própria CONFAP que relembra que há regimes paralelos — ensino em doméstico — que já estão em prática, sem que sobre eles recaia a problemática de como tratar os casos de risco.

A AEEP opõe-se apenas à possibilidade dos pais escolherem o regime de ensino e que esse papel deveria recair sobre a escola, retirando inclusivamente a necessidade de autorização da DGE. Não entendemos se isso significa que a decisão da escola seria vinculativa para os pais ou se a escola apenas poderia optar entre ter regime presencial e ter regime presencial com a criação de algumas turmas à distância. Com esta formulação, a sugestão não responde de forma alguma ao nosso problema, talvez responda a algum problema das próprias escolas. Se no entanto uma solução em articulação com a DGE em que pelo menos uma escola por cada agrupamento se responsabiliza pela criação de turmas à distância e que os alunos do agrupamento possam, durante a pandemia, transferir a sua matrícula para essa escola, talvez possa ser uma alternativa a discutir. Neste sentido a crítica parece relacionar-se com o que o CE afirma sobre a dificuldade de organização logística no seio da escola para albergar dois regimes. Em relação a isto reiteramos que a necessidade de albergar dois regimes se porá centenas ou milhares de vezes ao longo do ano letivo, em função das necessidades de alunos em quarentena e isolamento profilático, e também que a nossa perspetiva é uma de capacidade de escolha em primeira instância, relegando questões de implementação para uma discussão de especialidade, sempre na noção de que onde há vontade as soluções aparecem, tal como aconteceu durante a primavera.

O CNE acusa a petição de ser extemporânea por ter sido apresentada numa fase em que o ano letivo estava já organizado para funcionar preferencialmente em regime presencial. Esta crítica não pode deixar de nos levantar uma revolta profunda, face à forma opaca e em cima do joelho como toda a situação foi tratada. O despacho (8553-A/2020) que regulamenta a protecção dada a crianças que pertençam a grupo de risco de saúde saiu a 4 de Setembro, duas semanas antes do início das aulas, ficámos à espera de despachos análogos para professores e famílias em grupos de risco mas nada; o plano de saúde outono/inverno saiu duas semanas após o início do outono.

Ainda o CNE afirma paradoxalmente que as escolas actualmente têm de gerir “situações muito diversificadas: ensino presencial, turmas com ensino remoto e turmas divididas entre o presencial e o remoto” e não estará disponível para uma nova oferta. Salientamos que a “nova oferta” está inserida dentro daquilo que o CNE afirma já estar a acontecer. Não há nada de novo, como já acima afirmamos, apenas o assumir de que a solução mista acontecerá durante todo o ano, e que mais do que apenas em períodos de necessidade imperativa (quarentena, isolamento profilático), um conjunto de alunos poderá beneficiar continuamente da solução, por questões associadas com perfil de risco, e de forma benéfica para toda a comunidade educativa e todo o tecido social.

Aliás o CNE parece assentar a maior parte das considerações em paradoxos: “a alegação sobre os intervalos e o facto de as crianças não poderem socializar e brincar nas escolas, devido às restrições impostas, não mereceu acolhimento, porque se questionou se em casa isso aconteceria”. Significa isto que a possibilidade de acontecer algo de menos positivo em casa preclui qualquer discussão sobre acontecer algo de menos positivo na escola?

Numa consideração mais geral, a percepção de um certo grupo de encarregados de educação sobre a gestão da pandemia na sua relação com as escolas é a seguinte: no ponto inicial a reação de pânico levou a um encerramento total dos estabelecimentos de ensino. Assumidamente para a maioria de alunos e famílias esse momento foi claramente negativo. Independentemente da possibilidade de confluir sentimentos em relação ao processo educativo com sentimentos em relação ao confinamento em geral, houve casos de famílias que encontraram neste processo um reforço da sua união familiar e uma solução não desagradável para problemas existentes no sistema de ensino vigente, sentindo estar, no que toca à situação educativa, melhor. Com a chegada do novo ano letivo, as normas DGS/DGEeste vieram inicialmente dar uma indicação de que os modelos que a ciência considerava representar segurança podiam ser moldados a constrangimentos arbitrários (a maior parte das normas eram finalizadas com “sempre que possível”). Mesmo tendo como claro que a solução não era ideal, ficava a esperança de que houvesse uma monitorização cuidadosa de todo o processo, nomeadamente na parte do “trace COVID-19” que já provou ser tão essencial para o controlo da pandemia. Ficava a esperança de que, à semelhança do que parecia ser publico durante o verão para qualquer tipo de caso suspeito ou confirmado, tivesse lugar um seguimento de contactos com isolamento

profilático e quarentena sempre que justificável. A prática veio a demonstrar que mesmo perante casos confirmados e contactos de risco, o isolamento profilático seria medida rara, acontecendo apenas na sequência de sintomas. Na realidade, com um tempo médio de uma semana entre um caso ser dado como suspeito e ser dado como confirmado, os contactos de um infetado já teriam tido tempo para se tornarem eles próprios contagiosos. No meio de uma pandemia descontrolada a notícia de que em mais de 81% dos casos não se sabe a origem do contágio é reveladora quando contrastada com a prática nas escolas: há um caso suspeito — foram cumpridas as normas de uso de máscara, desinfeção das mãos e distanciamento? se sim, não se isola nem se testa mais ninguém. Porque não? porque as normas estão certas. Como sabemos? porque não há contágio em contexto escolar. Que garantia temos? Não há testes de seguimento positivos. Porquê? porque não são feitos testes. Porquê? Porque as normas estão certas. No entanto em 81% dos casos não sabemos de onde vem o contágio... serão parte deles os casos em que não são feitos testes e se perde a ligação entre crianças (normalmente assintomáticas)? Na prática parece ser uma situação de total incúria, como se interessasse manter ocultas as consequências de uma opção deliberada (seria mais honesto dizer que a escola é essencial e estamos dispostos a assumir um drama sanitário maior para a preservar, do que dizer que a escola não é um foco de contágio mas não estamos disponíveis para fazer testes que o provem ou desprovem). Na prática só quem estiver muito distraído não percebe que entre março e setembro tivemos um total de cerca de 76 000 casos de COVID-19, em outubro cerca de 65 000 e em novembro 157 000. Os encontros familiares, que persistiram durante todo o verão, não o justificam.

Finalmente gostaríamos de reforçar algo que nos parece absolutamente fundamental e que curiosamente é transversal a todas as respostas. Ninguém, incluindo os peticionários, discorda de que o ensino presencial universal é a melhor solução em abstrato. No entanto ninguém se deveria esquecer que entre março e maio ficámos em casa, em situação de grande disrupção. As soluções presentes não devem ser tomadas com base no idealismo abstrato se desembocarem em consequências que são dramaticamente piores do que as visões negativistas que se afiguram dos contra-argumentos actuais. Reforçamos a ideia de que desde fevereiro, o custo de qualquer medida precoce veio a mostrar-se ínfimo quando comparado com o custo da solução tardia. Enterrar a cabeça na areia e afirmar que as normas de segurança atuais são eficazes, que a situação pandémica não piora, que a crise económica não depende da gestão da pandemia

mas sim que acontece apesar da gestão da pandemia é um erro de imaginação, que nos cria grilhetas na abertura a soluções mais justas e mais eficazes. Sobretudo, a solução proposta é apenas uma de escolha em tempos de enorme incerteza — não implica (como a possibilidade de um estado decidir que os seus cidadãos não podem circular entre concelhos não implica que em cinco anos vivamos num estado ditatorial com um regime permanente de impossibilidade de deslocação) que o futuro nos reserve uma distopia em que os ganhos alcançados em termos de ensino universal serão inevitavelmente lançados porta fora. Pensar com palas que ocultam a realidade de que situações pandémicas são situações excecionais é um perigo transversal aos vários comentários, que equacionam a dificuldade de implementação e as dificuldades orçamentais como argumento base para não encontrar um sistema em que se possa mitigar os custos orçamentais de uma pandemia ainda mais descontrolada, os custos de um sistema educativo que vai deixando quase todos para trás na tentativa de não deixar nenhum, e os riscos de danificar significativamente as vidas de uma camada da população em nome de uma tirania de um “igual para todos” que na prática se configurará sempre de forma assimétrica.

Embora o assunto continue pautado por incertezas há já vários estudos que apontam para a transmissão entre crianças bem como de criança para adulto de forma eficaz em contexto domiciliário, que a abertura de escolas tenha contribuído para a disseminação entre a comunidade, que as crianças são maioritariamente assintomáticas e que o contágio por portadores assintomáticos é viável, também para a COVID-19.

A peticionária Andreia Marques e Susana Pereira  
27 de novembro, de 2020

Muito bom dia, Senhor Presidente da Assembleia e Senhores/as Deputados/as.

Antes de mais agradeço a todos aqui presentes a possibilidade me apresentar nesta assembleia como peticionária.

O meu nome é Andreia Marques, sou mãe de duas crianças, um menino e uma menina, que estudam atualmente, um no primeiro ciclo e outro no segundo ciclo. É na qualidade de mãe e de encarregada de educação que me apresento a esta assembleia no sentido de justificar com fundamento a petição por mim criada. É também na qualidade de cidadã que me apresento, referindo que assim que a petição foi lançada a público para votação, foram sendo criados grupos com esta mesma vontade.

O objetivo da petição é a possibilidade de escolha em tempos de incerteza – a possibilidade de cada família poder optar pelo ensino online para sua própria proteção e colaboração na proteção da comunidade.

Primeiro que tudo, quero referir que sou contra o encerramento integral das escolas e sim a favor da opção entre ensino presencial e ensino online ou à distância, durante o contexto pandémico.

Estamos atualmente a viver uma pandemia, muitas têm sido as medidas aplicadas, mas o que é certo é que não há previsão de quando terminará, nem a certeza de que haverá uma vacina eficaz capaz de suprimir o contágio, ou até a sua data de chegada. Não considero que se possa agir com base na espera de uma vacina; considero que se deva ter em atenção o respeito e cuidado que as pessoas e famílias merecem no momento presente e em momentos futuros.

Estou aqui hoje na intenção de que não só nesta pandemia, mas também em futuras situações similares, se possa encontrar prevista na lei uma medida como esta, que permita a opção entre ensino presencial ou online. Que, sem dúvida, beneficiaria no combate às cadeias de transmissão, bem como na redução do entupimento de urgências e unidades de internamento hospitalar tão necessárias para outras doenças, também elas muito graves.

Ao dia de hoje, posso considerar a minha petição mais do que válida e aplicável, pois qualquer análise simples dos números mostra que é impossível que não haja neste momento uma generalização da prática do ensino misto para casos em que os alunos estão em isolamento profilático. Em meados de novembro, com cerca de 90 000 casos ativos e cerca de 90 000 mil em vigilância, penso ser sensato estimar que cerca de 50 000 famílias, possivelmente 25 000 das quais com filhos em idade escolar estarão afetados por isolamento profilático, o que, com cerca de 8 000 estabelecimentos de ensino a nível nacional, cada estabelecimento terá em média cerca de três turmas em isolamento (ou que deveriam estar em isolamento). A existência de um circuito paralelo para colmatar este tipo de problema deverá ser mais avisado do que a necessidade constante de pôr em prática uma nova solução a cada semana que passa.

Há que referir que na maioria das escolas, face aos surtos que se têm verificado, foram adquiridas webcams para a realização de vídeo-conferências com os alunos em isolamento profilático, tendo por isso, neste momento os recursos necessários para que as aulas possam ser transmitidas para qualquer aluno que se encontre em casa, estando a câmara da escola direcionada para o quadro, não filmando ninguém e sem trabalho acrescido para o docente da turma.

Com isto faço a ressalva de que não se pretende nesta opção filmar ou gravar terceiros.

No presente momento, as aulas presenciais estão a ser difundidas através da internet para alunos de risco e que se encontram em isolamento profilático. Pelo que é exequível. Nesse sentido a aula poderia ser transmitida através do som e da imagem do quadro e do som da aula. Não para filmar alunos ou professores. Com isto não se está a solicitar mais nenhum apoio adicional.

Quanto às disciplinas práticas, requeria-se também a adaptação necessária, bem como a avaliação a cada situação, presencial ou à distância de cada aluno. Poderiam ser formados pequenos grupos em que os alunos se deslocariam à instituição de ensino para fazerem os testes periódicos de avaliação. Sempre lembrando que num contexto pandémico deve existir a já há muito referida necessidade de flexibilidade curricular de conteúdos a lecionar a cada ano para que seja possível aprender de facto.



Faço referência à possível atribuição de medidas a serem aplicadas em contexto pandémico, nas quais não nos poderemos deixar de lembrar dos grupos de professores de risco ou com familiares de risco a seu cargo. Pois também esses se encontram diariamente expostos e vulneráveis ao contágio e à gravidade da doença, ainda hoje sem controlo. Neste sentido esses professores poderiam fazer teletrabalho, promovendo assim uma maior harmonia neste entra e sai da escola para se proceder ao isolamento. As baixas teriam uma redução. Ora aqui articulo diretamente com a área da saúde que só teria a beneficiar, bem como a economia do país. Durante esta crise sanitária, não é possível existirem escolas abertas com total lotação sem que os casos aumentem e o sistema nacional de saúde fique sem colapsar. O que a continuar assim será inevitável.

O número de casos diários, em território nacional, antes da abertura das escolas, e após o fim da obrigatoriedade do teletrabalho (que ocorreu a 1 de junho), rondava os 400 e em menos de dois meses após a abertura das escolas ronda os 6000, com dados recentes a indicar que em mais de 81% dos contágios a fonte é desconhecida. Entre março e setembro tivemos um total de cerca de 76 000 casos de COVID-19, em outubro cerca de 65 000 e em novembro 157 000 — Os encontros familiares e entre jovens, que persistiram durante todo o verão, não o justificam.

Existem agregados de risco, crianças de risco e professores e funcionários de risco, pelo que é urgente a possibilidade de opção entre o ensino presencial e online, ser gerida por cada família que esteja na integra disponível e que opte pelo cuidado da sua saúde.

Não deixamos de concordar que a escola presencial é necessária e saudável à socialização das crianças e jovens, mas não o é neste contexto de pandemia a solução unanimemente aceitável para todas as famílias. Caso contrário não estaríamos aqui hoje.

O uso de máscara juntamente com as orientações comportamentais e de higiene indicadas pela DGS são até ao momento as únicas proteções possíveis que temos, e mesmo assim falíveis.

Sabemos que na maioria das escolas temos dois alunos por carteira em salas de aulas com, aproximadamente, 30 alunos, muitas das vezes durante 6 a 7 horas por dia;

Refeitórios de almoço com um elevado número de alunos e onde muitas vezes as normas não são cumpridas por parte dos alunos;

Aulas de educação física onde não estão a ser respeitadas as orientações da DGS, promovendo aglomerações entre alunos e sem máscaras;

Entradas e saídas nos estabelecimentos de ensino onde se juntam pais e alunos, por vezes, os últimos, sem quaisquer cuidados face à pandemia;

Transportes públicos apinhados de pessoas que levam e trazem os alunos de casa à escola e da escola para casa;

Professores exaustos, nomeadamente os de risco, muitos deles, a esta altura, a preferirem lecionar online;

Aulas improvisadas, com falta de professores, devido ao isolamento profilático;

Turmas onde um aluno testou positivo e só o colega de carteira é testado ou colocado em isolamento ou mais quatro ou cinco colegas, e os restantes permanecem na escola;

Alunos com pais/avós/irmãos de risco e que vendo-se obrigados a ir à escola para poderem aprender as matérias escolares, colocam em risco todo o agregado familiar;

Irmãos em que um, sendo de risco tem direito a aulas online e o/a irmã/o já não tem;

Pais, em agregados de risco, a serem acusados pela CPCJ de negligência, porque nesta situação, se recusam a levar os filhos à escola.

A solução para travar o contágio no seio familiar é limitar ou cortar o tão importante laço de família, onde para muitas crianças o único sítio onde se

sentem verdadeiramente seguras é em casa junto aos pais, avós ou irmãos? O que acontece a uma criança que transporta o vírus e que tem um irmão de risco, uma mãe ou um pai, ou avós de risco?

As medidas propostas nas escolas criaram algumas situações de desconforto entre as crianças, por não serem naturais. Então e em casa, não seria mais saudável para as crianças que assim preferem? Claro que sim! Não podemos esquecer que tudo isto há de ser temporário e que só teremos a beneficiar com esta medida. Mesmo aqueles que optam por permanecer em ensino presencial nesta fase ou para aqueles que (é o caso de crianças de risco social) se recomenda permanecerem na escola.

Há cada vez mais pessoas que sofrem de ansiedade por viverem esta situação, quanto a mim sem necessidade. Penso que uma opção de escolha às famílias (cuidadoras responsáveis) iria reduzir os danos, na saúde, na educação, na economia e no funcionamento geral do meio laboral.

Parece uma gota no oceano, mas com tão pouco, e com vontade e colaboração também os professores beneficiariam com uma alternativa que lhes confere maior conforto e equilíbrio emocional, intelectual e físico, que é tão importante para manter um bom desempenho. Cativando assim também os seus alunos, com o seu exemplo de resiliência. Acreditamos que quando há vontade tudo se supera e as soluções aparecem.

O que venho aqui pedir hoje é uma coisa muito simples, que é possível, e de certa forma já existente, e que beneficiaria o país, a economia, a saúde física e mental de muitas famílias, e reduziria o número de alunos por turma, aproveitando os casos de famílias que encontraram no ensino online uma solução não desagradável para problemas existentes no sistema de ensino vigente, sentindo estar, no que toca à situação educativa, melhor, e que por isso estão inteiramente disponíveis.

Esta opção abre também a possibilidade de oferecermos aos nossos filhos uma oportunidade de desenvolvimento num conjunto de competências emocionais, que envolvem a resiliência, e sociais, como a solidariedade. Acreditamos que desta forma também as crianças do nosso amanhã serão melhores adultos, porque hoje tiveram todo o apoio que merecem e a oportunidade de participarem

numa causa de elevado valor humano, protegendo aqueles que mais amam — nomeadamente pais de risco, avós e irmãos de risco — num momento particularmente sensível na história da humanidade.

Obrigada a todos por me ouvirem nesta assembleia.

A peticionária, Andreia Marques  
2 de dezembro, de 2020

## Referências:

Center for Disease Control and Prevention (2020). *How COVID-19 Spreads*. Acedido em <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/prevent-getting-sick/how-covid-spreads.html>

Center for Disease Control and Prevention (2020). *Information for Pediatric Healthcare Providers. Revisions were made on August 14, 2020 to reflect new evidence about COVID-19 in children*. Acedido em <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/pediatric-hcp.html>

Center for Disease Control and Prevention (2020). *School Decision-Making Tool for Parents, Caregivers, and Guardians*. Acedido em [https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/community/schools-childcare/decision-tool.html?fbclid=IwAR2cjMcVELRn08Yf1dBkoDRqMg2IryaX7ZKXYh7jakRQmbI\\_kayQU2VyqU](https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/community/schools-childcare/decision-tool.html?fbclid=IwAR2cjMcVELRn08Yf1dBkoDRqMg2IryaX7ZKXYh7jakRQmbI_kayQU2VyqU)

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2019). Acedido em [https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC\\_EN2019\\_201718.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_EN2019_201718.pdf)

Direção-Geral de Saúde (2020). COVID-19: Rastreio de Contactos. Exposição de Alto Risco. Acedido em <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/normas-e-circulares-normativas/norma-n-0152020-de-24072020-pdf.aspx>

Direção-Geral de Saúde (2020). Relatório de Situação. Acedido em <https://covid19.min-saude.pt/relatorio-de-situacao/>

European Centre for Disease Prevention and Control (2020). *COVID-19 in children and the role of school settings in COVID-19 transmission*. Acedido em <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/children-and-school-settings-covid-19-transmission>

Eurosurveillance, Europe's journal on infectious disease epidemiology, prevention and control since 1996 (2020). *A large COVID-19 outbreak in a high school 10 days after schools' reopening, Israel, May 2020*. Acedido em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7384285/>

Science (2020). *Changes in contact patterns shape the dynamics of the COVID-19 outbreak in China*. Acedido em <https://science.sciencemag.org/content/sci/early/2020/04/28/science.abb8001.full.pdf>

Science (2020). *Largest COVID-19 contact tracing study to date finds children key to spread, evidence of superspreaders*. Acedido em <https://science.sciencemag.org/content/370/6517/691>

SIC Notícias (2020). Covid-19. Origem do contágio desconhecida em 81,4% dos casos. Acedido em <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-11-19-Covid-19.-Origem-do-contagiodesconhecida-em-814-dos-casos>

The Lancet (2020). *Multisystem inflammatory syndrome in children: A systematic review*. Acedido em [https://www.thelancet.com/journals/eclinm/article/PIIS2589-5370\(20\)30271-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/eclinm/article/PIIS2589-5370(20)30271-6/fulltext)

The Lancet (2020). *The temporal association of introducing and lifting non-pharmaceutical interventions with the time-varying reproduction number (R) of SARS-CoV-2: a modelling study across 131 countries*. Acedido em [https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099\(20\)30785-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099(20)30785-4/fulltext)

World Health Organization (2020). *Can adolescents spread COVID-19 to other people even if they have mild or no symptoms?* Acedido em <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19-adolescents-and-youth#:~:text=Yes.%20Infected%20people%20in,%2C%20nose%20or%20mouth>

World Health Organization (2020). *What should be considered when deciding to re-open school or keep them open?* Acedido em <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19-schools>